

20 FEV. 1989

JORNAL DO BRASIL

A nova lei da educação

Florestan Fernandes

Estamos nos aproximando do momento em que a nova lei da educação, exigida pela Constituição, deverá entrar em processo de elaboração. O ideal seria uma ampla colaboração das entidades de educadores, de estudantes, de funcionários, das entidades que sempre têm participado ativamente do debate cívico democrático sobre o ensino e de pessoas interessadas por outras razões (especialmente os pais dos alunos e suas associações). Devemos evitar a todo o custo restabelecer o clima de conflito, que prevaleceu e cresceu em 1950 e em 1960. A Igreja Católica, que enveredou por caminhos e fins tão construtivos — como a defesa dos indígenas, da reforma agrária, dos oprimidos em geral —, deveria dar o mesmo impulso em sua participação na elaboração da referida lei, despendo-se de interesses particularistas que são demasiado restritos. Os protestantes, os espíritas e os maçons já demonstraram que, como no passado, não agirão como focos de divergências em uma causa tão decisiva. Ao setor privatista leigo do ensino deve-se conferir a liberdade que cerca a livre-iniciativa no país, sem qualquer regalia de outra natureza. Parece que essa é sua reivindicação principal, inteiramente cabível para os que optam pelo ensino pago como a melhor alternativa pedagógica. As convergências, em abstrato, são fáceis de apontar mas difíceis de concretizar, porque há em jogo a disputa de recursos públicos para as escolas privadas e a luta acirrada por posições de poder, que foram indevidamente conquistadas pela iniciativa privada ou pela Igreja católica através do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação. Cumpre virar de uma vez as páginas da história e gerar um espírito republicano na organização e no desenvolvimento da educação escolarizada. Sem que isso ocorra, não se poderá falar em educação para a democracia e em educação para um mundo em mudança. Haverá perpetuação de privilégios educacionais e os educadores só podem perfilhar a cruzada de Anísio Teixeira: "A educação não é privilégio".

Os pioneiros da educação nova engolfaram-se na revolução que parecia em processo com a vitória passageira da Aliança Liberal e com uma renovação burguesa da sociedade (revolução a partir de cima, que aparentemente se fortalecia, apesar do advento do Estado Novo e principalmente com o "desenvolvimento" de Juscelino Kubitschek e do governo Goulart). Apegaram-se à laicização e à liberdade do ensino, à sua descentralização, submetida a normas gerais de caráter nacional, e a uma democratização da educação, da que era, sociologicamente, mais um desmvelamento de privilégios educacionais do que uma consolidação progressiva da distribuição das igualdades educacionais e do livre acesso a todos os graus e níveis do ensino. Esses objetivos ainda estão vivos na cena histórica, tal o nosso atraso cultural e a lentidão da mudança social construtiva na área da educação escolar. Todavia, devemos estar alertas. De 1930 e de 1949 para cá, a cena histórica alterou-se e colocou no centro do palco outras exigências. Temos de manter acesa a luta por aqueles objetivos, realizados parcialmente. Mas eles penetraram na consciência social dos educadores e de segmentos importantes do movimento estudantil e da sociedade civil. Portanto, podemos avançar em outras direções.

A democratização do ensino, hoje, já não se confunde com a universalização do ensino primário. Trata-se de democratizar todas as oportunidades educacionais, de estabelecer um pólo popular e operário que compartilhe das mesmas garantias educacionais que se universalizaram nas classes médias e altas. Essa é uma revolução pedagógica *stricto sensu*. Os de cima precisam aprender o que é uma cultura cívica, através das escolas primárias e secundárias, os de baixo precisam chegar, em massa, a essas escolas e, entre outras coisas, também devem socializar-se para ter peso e voz na sociedade civil. A necessidade da difusão de uma cultura cívica não quer dizer que as classes perderão suas peculiaridades e antagonismos. Ao contrário, as escolas têm de deixar de ser unicamente instrumentos para a dominação burguesa e a

difusão da ideologia das classes dominantes. Além do mais, elas põem em causa a hegemonia estrangeira e a preponderância das ideologias das nações capitalistas centrais e de sua superpotência na "construção da nossa cabeça". Impõe-se acabar com os pactos pedagógicos, com modelos de ensino importados, juntamente com parcelas de capital e com pacotes tecnológicos.

Isso delimita a conexão global da revolução educacional a fazer, a ser mediatizada pela nova lei de educação. Ela precisa possuir um sentido descolonizador e emancipador, da pessoa do educando, do corpo de estudantes e professores. Ela deve também favorecer o combate à opressão dos de baixo e dos estudantes dentro da escola, consagrando aquilo que Paulo Freire designa como uma pedagogia de liberação dos oprimidos, cuja decorrência mais ampla e profunda vem a ser a autonomia cultural e pedagógica do estudante, do professor, da escola e do país. Esses princípios situam os polos estruturais e dinâmicos da nova lei: 1º) a escola e a comunidade escolar, 2º) a nação como um todo nos diversos níveis, transformados em agentes ativos na educação. É preciso valorizar os principais agentes do ensino e o núcleo de sua existência e de comunhão de valores. A escola e o grande e insubstituível núcleo da aprendizagem e da convivência escolar. É o centro de tudo. Nenhuma lei de diretrizes e bases pode ignorá-la. E para ter eficácia não se pode subestimar que se trata de uma comunidade, que possui um ser e uma orientação, voltada para o aluno, dinamizada pelo professor e outros agentes que convivem na escola, e cuja prática principal corporifica-se na ação com sentido pedagógico de todos eles. Os outros dois pólos são o sistema de ensino, que coordena tão harmoniosamente quanto possível a interdependência e a interação produtiva do conjunto de escolas assim concebida, e a nação, que retira de ambos a seiva de sua mudança sociocultural e de sua comunidade política. Ela propõe os valores gerais do sistema de ensino, com o propósito de expandir a civilização, de eliminar a barbárie pré ou subcapitalista e a opressão. O objetivo consiste, portanto, em civilizar a sociedade civil, extinguindo-se a existência e a multiplicação dos oprimidos. O vetor

primordial volta-se para a humanização do ser humano e sua liberdade, de maneira que cada classe, raça ou região não perca seus valores ou interesses e sua capacidade de lutar ativamente, decididamente por eles.

Esse esboço corre o risco de ser caricatural. A pedagogia da escola nova, infelizmente, afastou-se da realidade histórica e das vicissitudes concretas do país. Pôs acima de tudo uma utopia, elevada e desejável nas circunstâncias, mas que concedia como dados os meios para atingir fins educacionais ideais. Devemos, nesse ponto, fazer o inverso! A educação escolar precisa entrar em conexão com certos processos históricos, que foram interrompidos pelo Estado Novo, pela ditadura militar e pela chamada "nova República": a revolução democrática, entendida nesse plano com um processo global de transformação da sociedade e de crescente distribuição igualitária das oportunidades educacionais: a descolonização como auto-emancipação cultural da escola, do sistema de ensino e da nação; a evolução nacional, concebida como liberação dos oprimidos, dentro e fora das escolas, e de expansão da capacidade criativa e a multiplicação do talento interno, de modo a vincular-se a universidade e a pesquisa à promoção de descobertas que tornem superfluos os acréscimos culturais e o desenvolvimento da civilização como um controle direto, por dentro e a distância, da nossa vida por potências e grandes empresas estrangeiras. Essas revoluções são produtos da ação coletiva dos homens. Se elas não florescerem dentro das escolas, não farão parte das estruturas mentais dos brasileiros. Elas terão um âmbito sob o capitalismo e outro, bem distinto, sob o socialismo. Isso também deve ser aprendido, para que os estudantes e os adultos, que receberem uma educação democrática pluralista, saibam qual é o significado da ordem social vigente, de sua reforma ou de sua negação e destruição. A escola que prende a imaginação humana ao meio social imediato sacrifica a percepção de alternativas que provêm das correntes mundiais da evolução do homem e da civilização. Cumpre quebrar essas cadeias, por meio de uma educação escolar implantada em sua época histórica. Seremos capazes de realizar tal tarefa mínima, em plena transição para o século XXI?